

**O TERCEIRO SETOR EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO:  
A EMERGÊNCIA DE UM NOVO MODELO DE TRABALHO  
COMUNITÁRIO**

JOÃO MAIA  
PEDRO PRATA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
RIO DE JANEIRO – BRASIL

## **O terceiro setor em favelas do Rio de Janeiro: a emergência de um novo modelo de trabalho comunitário**

João Maia<sup>1</sup> & Pedro Prata<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho analisa o movimento de "contra-racionalidade" em relação ao Estado, em que moradores de favelas do Rio de Janeiro passam a se organizar por meio de instrumentos do chamado terceiro setor. Ao concentrar nossa observação no grupo Meninas e Mulheres do Morro, formado por líderes do morro da Mangueira, percebemos a emergência de um novo modelo de trabalho comunitário, em que a cidadania é exercida através da valorização da cultura local, da apropriação das novas tecnologias da comunicação e da busca por negociação constante com outros espaços da sociedade. Também trabalhamos com o resgate da história cultural destes indivíduos, onde revela-se a importância do trabalho comunitário para os processos de sociabilidade nestas comunidades. Por fim, entendemos que o terceiro setor é mais que o espaço das organizações não-governamentais; ele é espaço onde a economia e a política encontram-se em permanente diálogo com a dimensão cultural.

Palavras-chave: terceiro setor, comunidade, cidadania.

---

<sup>1</sup> Professor-adjunto da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Graduando da Faculdade de Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas; aluno voluntário de iniciação científica do grupo de pesquisa Comunicação Arte e Cidade.

**Third Sector in slums from Rio de Janeiro:  
an emerging new model for Community Service**

**Abstract**

In this work, we analyze the “counter-rationality” movement in which slum inhabitants from Rio de Janeiro organize themselves into third sector organizations. Focusing our attention on “Grupo Meninas e Mulheres do Morro” (Girls and Women from Slum’s Association), constituted by Mangureira Hill Slum leaders, we notice an emerging new model for Community Service. In this model, people exercise their citizenship by valuing local culture, using new communication technology and willing to keep constant negociation with the rest of society. We also try to rescue these people’s cultural history revealing the importance of community service to human interaction in such places. As a conclusion, we can say that the third sector is more than only non-governmental organizations. It is where economy and politcs meet, keeping permanent dialogue with culture.

Palavras-chave: third sector, community, citizenship.

## Introdução

Em uma das vias de acesso à Mangueira, uma série de cinco pequenos estabelecimentos comerciais é a porta de entrada para uma das mais famosas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Em frente a um quartel da Polícia Militar, uma construção simples, com larga calçada de cimento, é o primeiro ponto de quem vem pela avenida Visconde de Niterói para chegar à comunidade da Candelária, uma das 11 sub-localidades do morro. *A priori*, vemos ali somente uma lanchonete com mesas repletas de garrafas de cerveja e uma churrasqueira de ferro com brasa forte. Do outro lado, uma lojinha que vende de tudo: prendedor de cabelo, sabonete, refrigerante, lápis, cadernos, lixa de unha... E, no meio deste típico cenário carioca, um bazar de roupas e acessórios. É o local com o maior número de pessoas, onde há muito falatório, muitas risadas e uma busca animada pela melhor peça e pelo menor preço.

Este é o bazar coordenado por três mulheres. Denise, Kely e Mônica são lideranças da favela e desenvolvem trabalhos comunitários há anos dentro da Candelária. Ao caminhar com elas pelos becos, a popularidade e o número de cumprimentos impressionam: “Oi Maria!”, “Tudo bom, Rogério?”, “Amanhã tem roupa nova no bazar”, “Deixa de ser implicante com a sua irmã! Pára de brigar com ela!” No entanto, os relatos sobre a história pessoal e cultural de cada uma das três mulheres, assim como de outros indivíduos da comunidade, revelam que o exercício de atividades com o objetivo de melhorar de alguma forma a vida na favela é bem mais antigo. É importante ressaltar que o conceito de trabalho comunitário é utilizado aqui de maneira ampla, cuja origem está diretamente ligada à formação da favela. Iniciativas de ajuda mútua e de companheirismo estão presentes desde os primeiros dias e, assim como o futebol, a cerveja e o samba, são fatores de sociabilidade e de articulação do sentimento de pertencimento à comunidade.

Ao longo do texto, a idéia de “cidadania” estará presente para analisar tanto o papel das organizações não-governamentais e do terceiro setor na sociedade quanto para demonstrar como ela é apropriada no dia-a-dia das

lideranças da comunidade. A intensificação da participação dos trabalhadores nos debates sobre questões públicas concretizou mecanismos institucionais de busca por uma distribuição mais justa da riqueza social (LUCA, 2003, p. 469). Logo depois da Segunda Guerra Mundial, Theodore Marshall lança a obra “Cidadania, classe social e *status*”, que se tornaria um marco para a discussão sobre o tema. A tese principal do autor é que a cidadania é basicamente um conjunto de direitos, que se divide em três dimensões – civil, político e social – e que estas categorias foram surgindo em momentos diferenciados da História. Os direitos civis surgiram no século XVIII, em torno das questões de liberdade individual, fé, justiça e garantia à propriedade. Os direitos políticos, oriundos do século XIX, eram baseados na possibilidade dos cidadãos em interferir no poder político, como, por exemplo, por meio do voto e do parlamento. Consolidados no século XX, os direitos sociais defendiam que todo cidadão precisa de condições justas de exercer a sua vida em sociedade, sobre o tripé educação-saúde-trabalho (MESQUITA, 2005, p. 32).

No entanto, apesar da importante contribuição, sociólogos como Carvalho, cuja tese é corroborada por este trabalho, consideram que a seqüência sugerida por Thomas Marshall corresponde à realidade específica da Inglaterra. Segundo eles, o ponto de chegada, ou seja, o ideal de cidadania plena, é semelhantes nas sociedade ocidentais contemporâneas. No entanto, a origem e o caminho percorrido pelo processo de construção da cidadania é diferente em cada sociedade, o que não foi previsto por Marshall (CARVALHO, 2003, p 11).

A partir deste breve passeio pela conceituação da “cidadania”, fica ainda mais claro como a questão social é tratada de maneira diferenciada pelas moradores das favelas cariocas. Em primeiro lugar, a atitude deixa de ser passiva, ou seja, a espera das providências a serem tomadas pelo Estado, historicamente responsável por fornecer os instrumentos de “inclusão social”. As Meninas e Mulheres do Morro, exemplos deste contexto, levantam institucionalmente as suas demandas e se organizam ao ponto de invadirem normas estatais. Em segundo, as líderes utilizam a estratégia de se comunicarem com outros agentes da sociedade, como empresas privadas, universidades e outras ONGs, no sentido de

reconhecerem a importância de parceiros de natureza diferenciada para que elas possam atingir os seus objetivos. Finalmente, percebemos que estas lideranças dos morros formulam a sua própria noção de cidadania: ao invés de absorverem um pacote pronto sobre o que é exercer a cidadania, elas definem e articulam os seus próprios parâmetros.

## **Capítulo 1 – Globalização, cidade e comunidade**

O cenário onde eclodem os fenômenos sociais da comunidade da Candelária, repleto de processos de mudanças e de reconfigurações, é a cidade brasileira contemporânea. No Rio de Janeiro, local repleto de representações e símbolos, é possível observar um caldeirão de contos, personagens e códigos que formam uma intensa rede de sociabilidade. A fluidez das barreiras provoca a emergência de inúmeras maneiras de mediação e interação entre os indivíduos, sejam elas bem ou mal absorvidas, já que o centro e a periferia são ambientes difusos e os seus limites encontram-se mais confusos a cada dia.

Atualmente, assiste-se a uma mesma efervescência de diversos paradoxos: arcaico e novo, tecnologia e miséria, comunicação e alienação. A megalópole contemporânea, compreendida como ajuntamento de pessoas simultaneamente singulares e anônimas, caracteriza bem os sentimentos de urgência e emergência de nossos tempos e, como vemos, o Rio de Janeiro exemplifica com clareza este quadro. (FREITAS, 2005, p. 28).

Neste contexto, há um elemento fundamental para o processo de transformações. No Rio de Janeiro, cada vez mais, a favela ocupa nos meios de comunicação e na pesquisa acadêmica um espaço que, na história da pessoa comum, sempre foi dela: o espaço da produção de conhecimento popular e de mecanismos de mediação cultural. É na favela onde surgem muitas tradições da cultura carioca e também onde muitos elementos externos à metrópole são reconfigurados. De forma interessante, o que vemos é um espaço considerado

"excluído" emergir como um dos mais importantes fatores de caracterização do Rio de Janeiro como uma metrópole contemporânea. A favela assume um papel de centralidade na condução destas mudanças.

Mas o que caracteriza esta cidade global? O que há de comum neste conjunto de aglomerados de pessoas, construções e representações? Mesmo com um processo de globalização que contribui para a troca intensa de informações e que, muitas vezes, direciona a agenda dos indivíduos para angústias próximas entre si, o traço comum destas cidades é o fato de apresentarem um volume mais intenso de especificidades, de singularidades e de pequenos detalhes.

A evolução de pólo para outro se faz naturalmente, pelo aumento da heterogeneidade social e das possibilidades de interação, à medida que a sociedade aumenta; também a perda do isolamento, provocada pelo contato com outra sociedade e/ou uma outra cultura, acelera consideravelmente o processo (CASTELLS, 1983, p. 131).

Por estas características, é na cidade que o processo de globalização ocorre de maneira mais acentuada. Na contemporaneidade, a cidade é o local da interação, da troca e da eclosão de inúmeros fenômenos sociais. A globalização – provavelmente a palavra mais citada dos livros nos últimos dez anos – permite que fenômenos específicos de cada cidade se misturem com experiências comuns em várias localidades do globo, pois ela tem capacidade de se desdobrar em infinitas experiências do indivíduo, principalmente o urbano. A globalização é tecnológica – já inventaram o *roaming* internacional para celulares; é política – temos a onda conservadora, depois a onda progressista e depois a conservadora de novo; é econômica – o receio de uma guerra na Arábia Saudita é porque o preço das embalagens de plástico pode subir; é reivindicatória – que grande metrópole ainda não tem uma parada *gay*?; é consumista – o McDonald's vende Coca-Cola em todas as suas lojas; é cultural – até os parlamentares coreanos dançaram a Micareta latina.

A intensificação do uso dos instrumentos das novas tecnologias da comunicação é um fator marcante e até de aceleração do processo de globalização. É inegável que, desta forma, surjam atitudes muito parecidas e que hábitos, de consumo e de comportamento, passem a ser reproduzidos em escala global.

No entanto, o foco deste trabalho é outro. Em paralelo com a constituição desta sociedade global, vemos um movimento de redefinição dos pequenos grupos sociais. Este fortalecimento de pequenos grupos acontece justamente em ambientes onde o contato com as transformações globais é percebido mais intensamente no dia-a-dia, através dos veículos de comunicação de massa e da apropriação das novas tecnologias da informação. Anthony Giddens comenta este assunto de forma bastante interessante para a nossa reflexão a respeito da dicotomia global/ local:

As nações perdem de fato parte do poder econômico que antes possuíam. Contudo, ela tem também o efeito oposto. A globalização não somente puxa para cima, mas também empurra para baixo, criando novas pressões por autonomia local. O sociólogo americano Daniel Bell descreve isso muito bem quando diz que a nação se torna não só pequena demais para resolver os grandes problemas, como também grande demais para resolver os pequenos (GIDDENS, 2000, p. 23).

Estas formas de resistência aos acelerados processos da globalização são percebidas mais claramente em grupos comunitários. Muitos destes grupos são constituídos, justamente, pela necessidade latente de seus indivíduos de interagirem em torno de sentimentos e da solidariedade, com o intuito de se desviarem dos mecanismos de homogeneização da modernização totalitária. Ao se associarem, estes indivíduos enxergam a possibilidade de estabelecerem parâmetros e comportamentos de acordo com as suas próprias necessidades, ampliando substancialmente, a multiplicidade dos estilos de vida na contemporaneidade.

Esta é uma demonstração de que os processos de transformações da contemporaneidade não remetem somente ao “global” ou aos “grandes

sistemas”. Anthony Giddens defende que “a globalização não diz respeito apenas ao que está ‘lá fora’, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá ‘aqui dentro’, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas” (Ibid, p. 22). Como exemplo deste tipo de articulação comunitária, podemos citar as entidades eclesiais de base e os clubes de entretenimento.

Boaventura de Souza Santos e João Arriscado Nunes enxergam a cadeia de possibilidades urbanas como um instrumento para o impulso de novas definições de direitos e identidades. Estes autores dizem que as experiências de histórias culturais distintas geram uma articulação de diferenças que, por sua vez, acabam por explorar as possibilidades emancipatórias do multiculturalismo (SANTOS & NUNES, 2003, p. 33).

São os próprios processos característicos das dinâmicas diferenciadas e desiguais do capitalismo que geram contradições e lutas de diferentes tipos, que não são todas simplesmente integráveis ou subordináveis à luta de classes, e que não tem necessariamente o espaço nacional como espaço privilegiado. As lutas das mulheres, dos ambientalistas, dos movimentos anti-racistas ou pelo reconhecimento de identidades étnicas estão aí para nos recordar que tanto a dominação quanto a resistência se fazem ao longo de diversos eixos, e que estes não estão subordinados, de maneira definitiva, a uma “contradição principal” (Ibid., p. 35).

O multiculturalismo é emancipatório justamente no sentido de abrir possibilidades para novas formas de resistência. Por meio dele, os indivíduos podem se organizar de maneira autônoma e comunitária.

Neste contexto, os pequenos grupos ganham força e passam a ter o seu trabalho fortalecido e, inclusive, reconhecido. Sob desta perspectiva coletiva e orgânica, é possível observar o novo modelo de articulação do trabalho comunitário nas favelas do Rio de Janeiro, aqui observado no grupo Meninas e Mulheres do Morro. Há uma outra expressão da cidadania, executada por agentes também diferenciados, que se inserem no campo do terceiro setor para atingir seus objetivos de transformação das perspectivas de moradores da favela.

## Capítulo 2 – ONG's e terceiro setor

Quando falamos em terceiro setor, logo pensamos nas organizações não-governamentais. Segundo a pesquisa mais recente sobre o tema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um crescimento de 157% do número de entidades privadas sem fins-lucrativos no Brasil, entre os anos de 1994 e 2002. Ao fim deste levantamento, foram contabilizadas mais de 270 mil destas organizações, que, juntas, empregavam 1,54 milhão de trabalhadores assalariados (RODRIGUES, 2004, p. 3).

De acordo com Luiz Carlos Abreu Mendes, o formato de associativismo mais orgânico teve uma primeira expansão no Brasil a partir da segunda metade da década de 1950, entre o governo Vargas e o Golpe Militar de 1964 (1999, p. 5). Após Vargas "sair da vida para entrar na História", em 1954, o país passou por anos de acelerado crescimento econômico e gradual abertura democrática. Entretanto, o Golpe Militar interrompeu este processo e a presença do Estado nacional voltou a ser intensa no cotidiano do cidadão, principalmente o indivíduo urbano, as atividades mais comuns retornaram para a competência dos governos.

A partir de meados da década de 1980, o processo de redemocratização do nosso país fez eclodir inúmeros fenômenos na nossa sociedade. O movimento "Diretas Já", que reivindicava eleições diretas para o cargo de presidente da República, foi, num primeiro momento, derrotado. Mais uma vez, o presidente foi escolhido pelos deputados. Uma profunda transformação nas relações entre Estado nacional e sociedade civil tiveram impulso neste processo.

Um importante marco deste processo foi a ECO 92:

No caso brasileiro, a mídia, em geral, passa a reconhecer as ONGs somente a partir da ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, diante da repercussão internacional do evento e da capacidade de mobilização dessas organizações, que

instaladas no Aterro do Flamengo, denunciavam os modelos vigentes dos ecossistemas e apresentavam propostas alternativas concretas para o desenvolvimento auto-sustentado. Algumas dessas propostas careciam de estudos de viabilidade econômico-financeira detalhados e outras se apresentavam carregadas de ideais humanitários que se confundiam com valores político-partidários de esquerda, quase sempre contrários aos interesses governamentais e de grandes corporações. No entanto, ainda assim, ou por isso tudo, a mídia registrou os gritos de alerta daqueles grupos e o Brasil tomou conhecimento de alternativas pouco conhecidas de cidadania ativa. (Ibid, p. 6)

A partir deste momento, o crescimento do número de organizações do terceiro setor pode ser sentido pelos mais diferentes aspectos. A exposição na mídia é um fato que pôde ser observado com clareza - participação de artistas e figuras públicas em ONGs, convocação de gestores sociais para opinar sobre questões de interesse nacional, programas de TV com pretensão de instrumentos de utilidade pública com participação de diretores de organizações sem fins lucrativos. As manifestações foram intensas e, muitos cidadãos passaram a querer - ou a sentiram-se obrigados - participar de atividades comunitárias.

Os temas trabalhados por estas organizações se diversificaram com intensidade. A possibilidade de parceria institucional entre governo e organizações do terceiro setor provocou alianças questionáveis, que não raro pararam na justiça. Por outro lado, empresas privadas enxergaram uma brecha para desviar recursos que deveriam ser destinados a impostos e aos acionistas minoritários. Além disso, a verba disponibilizada pelos grandes organismos internacionais - como a Unesco e o Banco Mundial - caiu drasticamente. O recado foi direto: não há razão para investir tanto no Brasil, pois o problema não é a escassez de recursos, mas sim a sua má distribuição; é preciso criar mecanismo de democratização das riquezas brasileiras e não de importação de finanças.

Por outro lado, a participação nos processos de decisão pública das organizações não-governamentais e de outros modelos de grupos da sociedade civil continua crescendo no Brasil. Um bom exemplo deste movimento

são os Conselhos Tutelares, fóruns destinados à luta das diversas formas de exploração de crianças e adolescentes, cujos representantes são eleitos diretamente por moradores da localidade atendida. Outra evidência deste movimento ocorre no atual governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. De maneira inédita, uma série de conselhos foi criada para promover, e muitas vezes apenas simbolizar, a interlocução do Estado com a sociedade civil. Apesar de muitas vezes serem nomeadas organizações com estreita relação com o governo, podemos considerar que estes fóruns revelam o crescente reconhecimento do terceiro setor nos processos da vida pública nacional.

Em meio a este período de transformações, o terceiro setor enfrenta uma série de questionamentos. Quantas ações, individuais ou coletivas, não são feitas para o benefício comunitário executadas de forma não-estatutárias? Em segundo lugar, elas direcionam terceiro setor como uma extensão e consequência do Estado e do mercado. É possível datar a origem das atividades voluntárias e de cunho comunitário? O terceiro setor é uma nova fase, numa construção etapista e evolucionista? Por fim, as definições apresentadas partem da negativa, do que o conceito "não é": o terceiro setor não é estatal; o terceiro setor não é lucrativo. Afinal, o que o terceiro setor "é"?

Este trabalho não tem a pretensão de superar esta discussão, mas se propõe a contribuir com o tema e, especialmente, levantar questionamentos. Os rumos do terceiro setor passam por um processo de elaboração, dinâmico, coletivo e não-linear, no sentido de amadurecer a identidade e de potencializar formas de sociabilidades. Assim, uma das possibilidades para o terceiro setor é o reconhecimento de que ele é o espaço da apropriação da cultura para o exercício da cidadania.

Nesta fase de amadurecimento, após a euforia da proliferação das ONGs, o terceiro setor se delinea por incoerências e indefinições. O processo é sinuoso e cheio de indas-e-vindas. E, no meio desta confusão, abre-se uma brecha para novos atores, novos agentes sociais que negociam os seus espaços na sociedade a partir da valorização da sua autonomia e da capacidade de

promover releituras e resignificações para elementos variados. Agentes que se afastam da posição de receptores das políticas sociais para se apresentarem como os protagonistas da sua transformação.

### **Capítulo 3 – A comunidade da Candelária e as Meninas (os) e Mulheres do Morro**

O campo de observação deste trabalho é a comunidade da Candelária, uma das 11 sub-localidades do morro da Mangueira. Esta é uma das favelas mais famosas e tradicionais da cidade do Rio de Janeiro e tem a escola de samba Estação Primeira de Mangueira como um ícone, cuja produção cultural e de música é reconhecida inclusive pela grande mídia brasileira. Além disso, a favela fica localizada num espaço importante da capital fluminense: cercada por pontos turísticos relevantes, como o parque da Quinta da Boa Vista, antiga sede da monarquia brasileira e onde hoje encontra-se o Museu Nacional; o estádio de futebol do Maracanã, uma referência para o nosso esporte; pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), considerado um dos maiores *campus* universitários do mundo e um dos principais centros de fomento de discussão acadêmica do país; e pelo bairro de Vila Isabel, conhecido por sua tradição de sambistas como Noel Rosa e Martinho da Vila e por ser um foco de difusão das idéias abolicionistas na segunda metade do século XIX.

Apesar de ser representada quase sempre de forma homogênea e de ser possível apontar uma certa identidade como "mangueirense" nos discursos observados durante a pesquisa, a favela da Mangueira é dividida em 11 sub-localidades, que apresentam características próprias e especificidades entre os seus moradores. Estas diferenças são relevantes quando se estuda o contexto de uma sub-localidade específica.

Na comunidade da Candelária, é marcante a capacidade de apropriação dos novos instrumentos tecnológicos de informação e comunicação. Como um fenômeno obviamente mais recente, que se intensificou nos últimos cinco anos, o uso da TV a cabo, da internet e do celular, como veículo de voz e de

mensagens SMS, torna-se cada dia mais popular e alcança jovens e crianças, homens e mulheres de idades diferenciadas. E o mais interessante é que, neste processo, a apropriação não se dá por meio do simples uso destes recursos, mas sim de releitura destas tecnologias.

A TV a cabo é distribuída por arranjos de "gato", onde cada residência paga a mensalidade de 15 reais e ainda tem direito ao canal local - especificamente local. Chamado de "TV Gato", ele é produzido dentro da favela e veicula atividades e eventos como os ensaios da escola de samba. A internet, também distribuída por "gato", é utilizada por meio da plataforma de banda larga e está presente em *lan houses*, em casas dos moradores e até em alguns estabelecimentos comerciais. O celular, considerado atualmente o principal instrumento de inserção de cidadãos do mundo inteiro no universo da rede virtual, é o que mais recebe releituras na comunidade. A primeira intervenção relevante na tecnologia móvel de trocas de dados foi a criação do CandeNews, uma rede de celulares que recebe mensagens SMS com informações do dia-a-dia da favela e de interesse dos seus moradores. Isto é possível graças à invasão que um *hacker comunitário* fez no portal de uma grande operadora de telefonia móvel. Como se não bastasse apenas invadir o mecanismo de troca de textos, o sistema de voz também foi burlado. Na Candelária, é possível comprar um *chip* de celular - destes que dizem que é impossível clonar - e falar à vontade durante uns quatro meses. Alguns o chamam de "diretão", outros de "orelhão".

O que presenciamos é o espaço do simbólico se realizar como uma "contra-racionalidade"; o cotidiano compartilhado servir de contraponto ao poder hegemônico, à chamada "massificação"; e, talvez, o aspecto mais fundamental nisso tudo: a aceleração do mundo contemporâneo, com seu aparato de novas tecnologias e símbolos de elite, funcionar como um instrumento de amparo à preservação do tempo lento que rege a comunidade (MAIA & KRAPP, 2005, p. 39).

Estar na comunidade da Candelária é presenciar uma sociabilidade difusa e cuja única garantia é se deparar com novas formas de interação entre os indivíduos. Existe, de fato, um imaginário construído a cada dia pelos moradores

da localidade, onde cada um tem autonomia para reconstruí-lo e o outro tem mais autonomia ainda para aceitar ou rejeitar esta reconstrução. A fluidez nas relações inter-pessoais convive com uma rigidez, presente em grande parte dos discursos, que prega a solidariedade e o espírito de dependência comunitária.

Na Candelária, a história cultural é propriedade das lembranças de cada morador, cada indivíduo que constroa a tradição e o imaginário local a partir de percepções muito específicas. Não existe um registro formal nem uma referência fixa sobre a origem e as mudanças da localidade, e, por isso, a representação social do espaço é fluida repleta de símbolos. Os moradores mais velhos fazem relatos do tempo em que carregavam baldes d'água da única torneira do morro e celebram o tempo em que as brigas do futebol eram as atitudes de maior violência.

Os protagonistas do morro podem ser considerados a categoria de moradores que detêm a propriedade da história cultural da favela. Eles são responsáveis por uma espécie de lapidação da forma como os indivíduos do morro enxergam e a repensam o seu modo de vida; são responsáveis pela tradição da cultura da favela e pela consolidação do sentimento de pertencimento à comunidade; e são também responsáveis pelos mecanismos como novos elementos são apropriados e reformulados pela coletividade local.

Assim, um conjunto de relatos marcadamente presente no discurso destes protagonistas do morro são as atividades de trabalho comunitário. Há, neste grupo, desde experiências mais simples, em que, por exemplo, uma criança foi educada no dia-a-dia pela família da casa ao lado, até os eventos mais complexos, como um curso de aperfeiçoamento de corte e costura para senhoras idosas, com cronograma e plano pedagógico. Também podemos citar como exemplo a iniciativa de democratizar a informação, por meio do "gato" da tv a cabo ou da internet, ou em trazer para a favela a possibilidade de consumo de celulares, com serviços de voz e envio de textos.

O trabalho comunitário baseia-se na solidariedade entre os envolvidos e não tem caráter lucrativo. Está intimamente ligado ao conceito de associativismo, pois, na maioria das experiências, é a justificativa e a razão pela

qual indivíduos se articulam em torno de uma causa comum. Por meio do ato de se associar, estes indivíduos passam a criar laços e geram atitudes de sociabilidade.

Esta também é uma forma de resistência local, que os indivíduos priorizam a articulação da própria comunidade, ao mesmo tempo em que se apropriam das diferenças multiculturais para garantirem os seus direitos. Assim, corroboramos com Boaventura de Souza Santos e João Arriscado Nunes, que dizem que “as versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos” (2003, p. 33).

Assim, a sociabilidade comunitária e a articulação do trabalho comunitário não se dão por meio de procedimentos totalitários e definidos pelos grandes sistemas racionais. Mesmo com elementos multidimensionais, a comunidade mantém o seu entrelaçamento unívoco de subjetividades, ou seja, uma rede de atitudes e sentimentos múltiplos, como a solidariedade, a amizade, o companheirismo.

Durante muito tempo, estas atividades eram caracterizadas por serem simples, desarticuladas e compensatórias. Não havia uma preocupação com a qualidade ou a manutenção destas ações. Elas eram pontuais e atendiam a uma demanda muito específica: um grupo de pessoas que perdeu a moradia numa tempestade, uma mãe sem condições financeiras de dar suporte ao filho recém-nascido, ou a reforma de uma creche que não recebe recursos suficientes do poder público.

Mais recentemente, moradores da Candelária estão dando impulso a uma nova forma de realização do trabalho comunitário. Surgem novas questões e reflexões no sentido tornar estas atividades mais organizadas e coletivas. A idéia é que as ações sociais tenham permanência e que possam ser sentidas num processo mais amplo e complexo de mudanças na comunidade.

Ao abrir diálogo com outros espaços da sociedade - uma necessidade cada vez mais latente para as lideranças comunitárias -, estes

moradores optam pelo formato das organizações não-governamentais. Percebemos uma atitude de apropriação de um elemento externo à favela e que, assim como os instrumentos de tecnologia da informação, também passam por releituras. Ao rejeitar o conceito da ONG que atua de "cima para baixo", dos iluminados para os necessitados, estas lideranças da favela formulam um sistema de trabalho comunitário onde elas são, simultaneamente, executoras e beneficiárias das suas próprias ações sociais. É a comunidade articulando melhorias para a própria comunidade, por meio da reafirmação dos valores locais e da capacidade em negociar com elementos externos.

À frente do processo de construção da organização, estavam as líderes Denise, Kely e Mônica. Numa primeira experiência, elas articularam os pequenos comerciantes e os grupos culturais locais para darem impulso à discussão de gênero no morro. A idéia era atrair as mulheres, e também os homens, para debaterem temas como o abuso sexual, planejamento familiar, acompanhamento pré-natal, educação sexual, uso de preservativos e participação masculina no processo de gestação.

Com o passar dos anos, o grupo das três mulheres deu muitas voltas, participou de algumas organizações comunitárias e, como é constituído por moradoras "da gema" do morro, sempre participou das atividades mais importantes da Candelária. Em um certo momento, logo após um desentendimento com o presidente da Associação de Moradores e a perda do espaço que tinham na biblioteca comunitária para fazerem os encontros de discussão de gênero, Denise, Kely e Mônica iniciaram conversas no sentido de adquirirem mais autonomia enquanto coletivo e de criar meios para elas próprias abrirem possibilidades para a sua atuação. Neste momento, pesquisadores do grupo Comunicação, Arte e Cidade (CAC) estavam no início de suas observações na comunidade da Candelária.

O caminho encontrado para adquirir esta autonomia foi transformar o grupo que realizava trabalho comunitário de forma espontânea e desarticulada em uma organização não-governamental. O objetivo era lapidar o grupo ao ponto que ele tivesse capacidade e instrumentos institucionais para negociar, planejar

estrategicamente, captar recursos financeiros, estabelecer funções e responsabilidades específicas para os seus membros e garantir a interação coletiva e permanente. Ao circular por outros espaços da sociedade, Denise, Kely e Mônica chegaram à conclusão de que o formado da ONG era o mais próximo e viável do que elas pretendiam fazer. O grupo deixava o modelo da espontaneidade para se organizar como uma entidade juridicamente reconhecida e inserida nas normais do Estado.

Ao serem questionadas sobre os motivos pelo qual elas decidiram exercer o trabalho comunitário por meio da inscrição como ONG, Denise, Kely e Mônica ressaltam quatro fatores principais: garantia de continuação das atividades com o passar do tempo; definição das funções e das atribuições entre os envolvidos; ampliação das possibilidades de interlocução com outras organizações, como, por exemplo, universidade e entidades do terceiro setor; e, por fim, autonomia jurídica e institucional para a captação de recursos financeiros, tanto com empresas quanto com órgãos públicos.

Sobre este assunto, Kely diz “o trabalho com as meninas do morro tem que durar o maior tempo possível. É uma renovação constante, em que algumas viram adultas e outras se tornam adolescente. A ONG dá mais segurança para a continuidade das atividades”. Denise resalta a questão do financiamento: “as Meninas e Mulheres do Morro querem fazer um trabalho de qualidade para as adolescentes da favela, para que elas tenham possibilidades de escolha nas suas vidas. Para isso, estamos sempre atrás de parcerias.” Em concordância com as companheiras, Mônica fala sobre os contatos com outras organizações do terceiro setor: “cada vez mais, conhecemos atividades muito interessantes de outras ONGs. A nossa idéia é aumentar esse contato e trazer as coisas interessantes para a favela.”<sup>3</sup>

Na comunidade da Candelária, as líderes Denise, Kely e Mônica realizam diariamente um trabalho com jovens com idade entre 13 e 17 anos. O eixo-central das atividades é a qualificação em habilidades no campo da moda,

---

<sup>3</sup> Estes depoimentos foram coletados em uma entrevista que aconteceu no bazar das Meninas e Mulheres do Morro, no dia 4 de junho de 2005.

mas que fundamentalmente perpassa o fomento a questões como identidade cultural da favela, discussões de gênero e raça, trabalho em equipe, companheirismo e coletividade, planejamento de vida e, principalmente, auto-estima. De segunda a sexta, 25 adolescentes, entre meninos e meninas, têm aula de desenho, estilismo, costura e customização – técnica que foi apropriada do grande circuito da moda e que está no vocabulário de famosos estilistas. Também são realizadas atividades complementares como aulas de redação e linguagem, oficinas de teatro e expressão corporal, visitas a centros culturais e organização de eventos, como desfiles da Uerj e na própria comunidade.

Por outro lado, o grupo tem a percepção de que é preciso circular por outros espaços. Para as mulheres, buscar parcerias é fundamental. Universidades, empresas, organizações não-governamentais, grupos folclóricos, projetos governamentais; o mais importante é ter sinergia com a proposta do coletivo e ter disposição para tocar atividades que promovam o desenvolvimento da comunidade. O rápido crescimento do grupo pode ser creditado a esta postura aberta a novos caminhos.

Os pequenos grupos estão fazendo um trabalho melhor do que muitos dos seus críticos gostariam de admitir. As comunidades que eles criam raramente são frágeis. As pessoas se sentem objeto de atenção. Elas se ajudam umas às outras... Os vínculos que se desenvolvem entre os membros dos pequenos grupos demonstram claramente que não somos uma sociedade de individualistas empedernidos que desejam viver por sua própria conta, mas, antes, que (...) mesmo em meio às tendências de desarticulação de nossa sociedade, somos capazes de nos associar em vínculos de apoio mútuo (WUTHNOW, 1994, p. 12).

É nesta perspectiva que o grupo Meninas (os) e Mulheres do Morro realiza as suas ações: com base na autonomia de ser “pequeno” e no compromisso com a sua comunidade. Não há a intenção de se afastar do modo de vida da favela ou mesmo querer transformar os costumes locais. Pelo contrário,

a idéia é aplicar o acúmulo cultural do morro no desenvolvimento pessoal da cada indivíduo. Há uma reafirmação da tradição, mas também a sua releitura. Isto ocorre tanto para dentro, com a valorização da identidade cultural, quanto para fora, quando busca-se a negociação com outras instancias da sociedade.

## **Considerações Finais**

O fenômeno do crescimento do terceiro setor no Brasil promove mudanças fundamentais na maneira como as políticas públicas passam a ser geridas e como a sociedade enxerga as responsabilidades de cada agente no seu próprio desenvolvimento. Contemporâneo a este processo, temos ainda a acelerada difusão das novas tecnologias da comunicação. Elas atingem indivíduos historicamente considerados “excluídos”, mas que demonstram potencial interessante para apresentar a sua produção cultural e fazer eclodir uma relação dialógica permanente com ambientes diferenciados da sociedade.

Neste sentido, é importante destacar o contexto em que este processo ocorre. Na contemporaneidade, a globalização é uma realidade tanto para o funcionamento dos grandes sistemas internacionais quanto para o desenrolar do cotidiano do homem comum. Cada vez mais, novos fatores – tecnológicos e comportamentais – vão sendo agregados e, por conta da própria globalização, reconfigurados. Assim, as metrópoles e grandes cidades são os espaços que presenciam os surgimentos e os desaparecimentos destes fenômenos com mais intensidade.

Ao redefinirem o trabalho comunitário e promoverem a articulação do terceiro setor com a apropriação das novas tecnologias da comunicação, os moradores de favelas revelam a emergência do local no contexto da globalização. A combinação entre valorização da cultura popular e releitura de elementos “externos” ao morro é um dos fatores que “puxa para cima” os processos da globalização e demonstram a eclosão de movimentos de resistência local na contemporaneidade.

Ao observar o cotidiano do grupo Meninas e Mulheres do Morro, o que mais chama atenção é a capacidade de articulação e aglutinação de indivíduos para a eclosão de novas possibilidades na favela. A resistência é no dia-a-dia, por meio do constante desvio das dificuldades e até das barreiras impostas pelos grandes sistemas globais. Percebemos que, com esta postura, o fenômeno da expansão do terceiro setor é apropriado pela cultura popular da favela, que, mais uma vez, consegue reconfigurar um elemento externo. Roger Chartier discute essa relação entre inserção e releitura, ao afirmar que o “popular” não está presente em elementos capazes de serem identificados, repertoriados e descritos. Ele defende que o “popular” qualifica os processos de uso e reconfiguração de objetos e normas que circulam pela cidade, o que obriga o historiador a analisar estas apropriações diferenciadas (1995, p.6).

Neste processo, o que percebemos é a expansão de uma postura consciente e até estratégica no sentido de desenvolver o trabalho comunitário com a utilização dos instrumentos formais do Estado. Ao se apropriar da inscrição como organização não-governamental e do discurso do terceiro setor, as lideranças das favelas revelam a opção por “invadir” as regras do Estado com elementos relativos ao “comunitário” e às manifestações do sentimento.

Percebe-se, então, um forte movimento de “contra-racionalidade”. O Estado e outras instituições formais são impregnados por elementos do cotidiano e da pequena história do homem comum. As lideranças fazem da cultura popular e do trabalho comunitário um mecanismo de autonomia que deve ser pensado pelo conjunto da sociedade e que deve, inclusive, pautar as discussões mais amplas.

Numa perspectiva mais ampla, vemos uma reconfiguração da dimensão da cultura e da comunicação na nossa sociedade contemporânea. Nestes espaços de valorização da tradição popular, de ascensão da produção local, de apropriação e releitura das novas tecnologias da comunicação e da busca por novas perspectivas de cidadania por lideranças comunitárias, a cultura é trabalhada no patamar simultâneo ao das dimensões econômica e política. Ela

amplia a sua capacidade de catalisação de processos de transformação e torna-se um elemento fundamental para analisar as mudanças aceleradas da contemporaneidade.

Para observar com mais detalhamento esta explosão de fenômenos sociais, é só visitar o bazar das Meninas e Mulheres do Morro. É ele que fica numa das entradas da Mangueira, num dos cinco pequenos estabelecimentos comerciais, em frente ao quartel da Polícia Militar, sob uma construção simples a beira da larga calçada de cimento. As peças do bazar são roupas vindas de uma grande rede de lojas, que passam por um processo de customização e ganham a identidade e o gosto dos moradores da localidade. Certamente, continua repleta de muita risada, de bastante falatório e de roupas com os menores preços.

## **BIBLIOGRAFIA**

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Apud: MESQUITA, Adriana de Andrade. *Com licença, eu vou à luta: o desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho*. Orientador: Ria de Cássia Santos Freitas. Niterói: UFF/ESS. Dissertação (Mestrado em Política Social), 2005.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHARTIER, Roger. *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*. Seminário *Popular Culture on Interdisciplinary Conference*. Massachusetts Institute of Technology, 16 a 17 de outubro de 1992.

FREITAS, Ricardo Ferreira; NACIF, Rafael. *Comunicação, consumo e lazer: o caso da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro*. In: FREITAS, Ricardo Ferreira; NACIF, Rafael. *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. *Direitos Sociais no Brasil*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

MAIA, João & KRAPP, Juliana. *Comunicação e comunidades: novas perspectivas das sociabilidades urbanas*. In: FREITAS, Ricardo Ferreira; NACIF, Rafael. *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. *Visitando o "terceiro setor" (ou parte dele)*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 1999.

MESQUITA, Adriana de Andrade. *Com licença, eu vou à luta: o desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho*. Orientador: Ria de Cássia Santos Freitas. Niterói: UFF/ESS. Dissertação (Mestrado em Política Social), 2005.

RODRIGUES, Luciana. *Um Brasil voluntário*. O GLOBO. Caderno: Primeiro Caderno. Editoria: Economia. Rio de Janeiro: Infoglobo, 11/12/2004.

SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. *Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade*. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Reconhecer para libertar: os caminhos para o cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WUTHNOW, Robert. *Sharing the Journey*. Nova York: Free Press, 1994. Apud: GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.